



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL - DPC/CGPLAM/DLOG/PF

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS MUNIÇÕES

1. As seguintes especificações foram elaboradas após audição das áreas técnicas da Polícia Federal. Essas especificações serão parte integrante do Termo de Referência.
2. Todas as munições deverão estar de acordo com os ditames das regulamentações abaixo citadas, em todos os aspectos, para fins de habilitação, de importação, de emissão de Termo de Recebimento e/ou para fins de manutenção da garantia do produto, conforme consta no corpo do Termo de Referência ao qual este anexo faz parte.

Item	Tipo	Calibre	Projétil	Características
1	Munição para pistolas semiautomáticas e submetralhadoras - Treinamento	9mm Luger (9×19mm)	Encamisado total (“total full metal jacket”), 124 grains	São cartuchos para utilização em treinamento do efetivo policial. Possuem menor custo econômico, desgastam menos o armamento. Emitem menos gases poluentes devido à construção do projétil totalmente obturado e espoleta isenta de metais pesados, preservando o meio ambiente e a saúde dos instrutores e usuários. Exemplos: Nontoxic ammunition - NTA, Ecoline, Grendene Pro, SK Clean
2	Munição para pistolas semiautomáticas e submetralhadoras - Operacional	9mm Luger (9×19mm)	Encamisado ponta oca (“hollow point”), expansivo, 147 grains	São cartuchos desenvolvidos especialmente para o uso operacional dos policiais. Projétil com velocidade adequada, capacidade de manutenção de trajetória e de massa e que tenha tecnologia bonded ou similar que permita a junção do núcleo à jaqueta.
3	Munição para carabinas e fuzis Treinamento	5.56 NATO (5.56x45mm)	55 grains, Comum, Ball, M193, Treinamento,	São cartuchos utilizados em treinamento do efetivo policial e possuem menor custo econômico.
4	Munição para carabinas e fuzis Operacional Tropa comum	5.56 NATO (5.56x45mm)	MK262, 77 grains	São cartuchos para uso em tropa comum, com desempenho balístico terminal adequado para uso pelos armamentos da Polícia Federal, quando usado em armas com canos menores.

5	Munição para carabinas e fuzis Operacional Grupos Especiais	5.56 NATO (5.56x45mm)	M855A1, 62 grains	São cartuchos para uso no em grupos especiais, com desempenho balístico terminal adequado com maior potencial de transfixação em alvos rígidos.
6	Munição para carabinas e fuzis Operacional	7.62 NATO (7,62 x 51 mm)	M80 NATO Ball	São cartuchos com desempenho balístico terminal adequado para uso pelos armamentos da Polícia Federal.
7	Munição para carabinas e fuzis Operacional Elada	7.62 NATO ELADA (7,62 x 51 mm)	M80 NATO Ball	São cartuchos com desempenho balístico terminal adequado para uso pelos armamentos da Polícia Federal.
8	Munição para espingardas A	12 Gauge	70mm (2-3/4"), SG e peso 32 gramas	São cartuchos com maior alcance e desempenho balístico terminal, por possuir mais massa e penetração, no contexto de espingardas, condições necessárias para utilização pelo efetivo policial.
9	Munição para espingardas B	12 Gauge	70mm (2-3/4"), Singular Foster (RIFLED SLUG) 28 gramas	São cartuchos que proporcional maior alcance e potencial de transfixação em alvos rígidos.
10	Munição para carabina/fuzis de precisão	.308 Win	175 grains	São cartuchos utilizados para operação e treinamento. Munição de alta precisão com alcance, velocidade e energia. Possuem alta energia e um melhor coeficiente balístico para disparos precisos a médias distâncias.
11	Munição para carabina/fuzis de precisão	.338 Lapua Magnum	250 grains ou 300 grains - HPBT	São cartuchos utilizados para operação e treinamento. Munição de alta precisão com alcance, velocidade e energia. Possuem alta energia e sofrem menos influência de fatores externos, com precisão e acurácia em longas distâncias

1. **NORMAS DE REFERÊNCIA** ^[1]

- 1.1. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição;
- 1.2. Decreto nº 24.602, de 6 de julho de 1934, que dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas - do então governo provisório, recepcionado como Lei pela Constituição Federal de 1934;
- 1.3. Decreto 11.615, de 21 de julho de 2023, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm.
- 1.4. Decreto nº 9.847, 25 junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826/2003, e dispõe sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas;
- 1.5. Decreto nº 10.030/2019, que dá nova redação ao Regulamento de Produtos Controlados, revogando o Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000, antigo R-105;

- 1.6. Portaria nº 189-EME, aprova as Normas Reguladoras dos Processos de Avaliação de Produtos Controlados pelo Exército; e
- 1.7. Portaria do EB nº 214, COLOG/C EX – Aprova as Normas Reguladoras dos procedimentos para identificação, marcação das munições e suas embalagens no âmbito do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados;
- 1.8. Portaria do EB nº 137, COLOG/C EX – Aprova as Instruções Reguladoras para Gestão de Suprimento Classe V (Munições) – Gestão de Estoque
- 1.9. Portaria MJSP nº 104/2020, que dispõe sobre o Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública - Pró-Segurança.

2. **NORMAS COMPLEMENTARES**^[2]

- 2.1. DIRETRIZES TÉCNICAS INTERNACIONAIS DE MUNIÇÃO - IATG 01.40 - Glossário de termos, definições e abreviações;
- 2.2. DIRETRIZES TÉCNICAS INTERNACIONAIS DE MUNIÇÃO - IATG 03.20 - Requisitos para lotes de munição;
- 2.3. DIRETRIZES TÉCNICAS INTERNACIONAIS DE MUNIÇÃO - IATG 03.50 - Rastreamento de munição;
- 2.4. NORMAS TÉCNICAS INTERNACIONAIS SOBRE MUNIÇÃO - IATG 08.10 - Transporte de munições;
- 2.5. SAAMI - Z 299.3-2022 - Padrões voluntários de desempenho da indústria para pressão e velocidade de munição de armas curtas. (Voluntary Industry Performance Standards for Pressure and Velocity of Centerfire Pistol and Revolver Ammunition for the Use of Commercial Manufacturers)
- 2.6. SAAMI Z299.2-2019 - Padrões voluntários de desempenho da indústria para pressão e velocidade de cartuchos de espingarda. (Voluntary Industry Performance Standards for Pressure and Velocity of Shotgun Ammunition for the Use of Commercial Manufacturers)
- 2.7. SAAMI - Z 299.4-2015 - Padrões voluntários de desempenho da indústria para pressão e velocidade de munição de fogo central para fuzis. (Voluntary Industry Performance Standards for Pressure and Velocity of Centerfire Rifle Ammunition for the Use of Commercial Manufacturers);
- 2.8. STANAG 4090, da Organização do Tratado do Atlântico Norte - Acordo de padronização e intercambiabilidade de munições em calibre 9 x 19 mm da OTAN;
- 2.9. STANAG 4170;
- 2.10. STANAG 4172 Ed. 2;
- 2.11. NATO STANAG 2310, da Organização do Tratado do Atlântico Norte - especifica os requisitos técnicos e operacionais para a munição 7,62x51mm NATO, garantindo a interoperabilidade entre os países membros da OTAN;
- 2.12. NATO STANAG 4757; da Organização do Tratado do Atlântico Norte - especifica os requisitos técnicos e operacionais para a munição, entre elas .338 Lapua Magnum, garantindo a interoperabilidade entre os países membros da OTAN (Safety and Suitability for Service (s3) Assessment Testing for Shoulder Launched Munitions);
- 2.13. NATO AEP-97, da Organização do Tratado do Atlântico Norte - Manual de prova e inspeção de munições multicalibre;
- 2.14. NATO AOP-48, da Organização do Tratado do Atlântico Norte - Procedimento de testes para propelentes de base nitrocelulósica;
- 2.15. NATO STANDARD AQAP-2110, da Organização do Tratado do Atlântico Norte - Requisitos de garantia de qualidade da OTAN para projeto, desenvolvimento e produção;
- 2.16. NATO STANDARD AAS3P-22: conjunto de ensaios de avaliação de S3 (safety and suitability for service - segurança e aptidão para o serviço) para munições menores de 20 mm da OTAN;

- 2.17. C.I.P.- “Commission Internationale Permanente pour l’épreuve des Armes à Feu Portatives.”
- 2.18. NORMA INTERNACIONAL IMDG CODE – Transportes de munições modal marítimo;
- 2.19. NORMA INTERNACIONAL IATA-DGR – Transporte de munições modal aéreo;
- 2.20. NORMA INTERNACIONAL ADR – Transporte de munições modal terrestre;
- 2.21. MIL STD 1168C: dispõe sobre numeração e classificação de lotes de munição;
- 2.22. MIL-STD-636 – Visual Aspects Standards for Small Armas Ammunition Through Caliber .50.
- 2.23. MIL-A-48078A - Ammunition, Standard Quality Assurance Provisions, General Specifications for all types of nuclear and non-nuclear ammunition, including all components, propellants, explosives, pyrotechnics and other supplies used;
- 2.24. MIL-STD - AMCR 715-505 Vol 3.
- 2.25. FBI Penetration Protocol - roteiro de ensaios de balística terminal para munições de emprego policial;
- 2.26. Norma alemã - Technische Richtlinie - Patrone 9 x 19 mm, schadstoffreduziert;
- 2.27. NEB-1 PR-018, de 1979: classificação, aferição e utilização de provetes para munição de armamento leve;
- 2.28. NEB/T E-199A;
- 2.29. RESOLUÇÃO ANTT 5.232, de 14 de Dezembro de 2016;
- 2.30. Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 90 - Requisitos para Operações Especiais de Aviação Pública;
- 2.31. Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 175 - Transporte de Artigos Perigosos em Aeronaves Cíveis;
- 2.32. NT-SENASP nº 001/2020 – Pistolas calibre 9 x 19 mm e .40 S&W;
- 2.33. ABNT NBR ISO/IEC 17067:2015 - Avaliação da conformidade - Fundamentos para certificação de produtos e diretrizes de esquemas para certificação de produtos;
- 2.34. ABNT ISO/IEC 17000- especifica os termos e definições gerais relativos à avaliação da conformidade;
- 2.35. ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017 - Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração;
- 2.36. ABNT NBR 5426:1985 - Planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos;
- 2.37. ABNT NBR 12235:1992 - Armazenamento de resíduos sólidos perigosos - Procedimento;

3. **CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS MUNIÇÕES PARA PISTOLAS E FUZIS/CARABINAS**

- 3.1. A munição a ser fornecida deverá possuir RETEX emitido pelo Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, através do CAEx (Campo de Provas de Marambaia – RJ) e Certificado de Registro ou Título de Registro do produto apostilado, ou certificado de conformidade emitido por um Organismo de Certificação de Produto emitido pela contratada, conforme Portaria nº 189-EME;
- 3.2. Em caso de produção estrangeira será exigida documentação que comprove a permissão para produção emitido por Órgão oficial do país de origem;

- 3.3. Os cartuchos devem ser acondicionados em embalagens que permitam a identificação clara do fabricante, calibre nominal, tipo de projétil, número de lote e ano de fabricação;
- 3.4. Os cartuchos devem estar limpos e isentos, em qualquer das suas partes ou componentes, de rachaduras, deformações, mossas, rebarbas, perfurações, corrosões ou qualquer outro defeito que comprometa a segurança ou o emprego dos mesmos.
- 3.5. Os cartuchos devem ser fabricados conforme padrões dimensionais estabelecidos pela SAAMI, NATO ou CIP; assim como gerar pressão de câmara dentro dos limites estipulados pelas instituições citadas;
- 3.6. Os cartuchos devem estar montados em conformidade com o constante no memorial descritivo e desenhos técnicos do fabricante, e desenho específicos de cada tipo de munição, conforme normas contidas nos [\[ITEM 1\]](#) e [\[ITEM 2\]](#);
- 3.7. Os cartuchos devem permitir adequada utilização em qualquer arma de fogo nos calibres objeto da presente aquisição, que seja padronizado pela Polícia Federal e que não tenha sofrido alterações de seus componentes essenciais;
- 3.8. O cartucho deve ser do tipo fogo central, são vedados os de fogo circular;
- 3.9. A espoleta deve ser não-mercúrica, não corrosiva, do tipo boxer, sendo de lotes de fabricação com no máximo um ano de fabricação
- 3.10. O propelente deverá ter base nitrocelulósica, podendo apresentar base simples ou dupla;
- 3.11. Os cartuchos deverão possuir carga de projeção com estabilidade química, respeitando os requisitos da STANAG 4170, ou outra que não altere as características balísticas do cartucho, sendo que a carga de projeção deve ser organizada com lote de pólvora com, no máximo, dois anos decorridos entre a fabricação e a sua utilização no lote das munições sob inspeção;

4. **CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS MUNIÇÕES PARA ESPINGARDAS**

- 4.1. A munição a ser fornecida deverá possuir RETEX emitido pelo Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, através do CAEx (Campo de Provas de Marambaia – RJ) e Certificado de Registro ou Título de Registro do produto apostilado, ou certificado de conformidade emitido por um Organismo de Certificação de Produto emitido pela contratada, conforme Portaria nº 189-EME;
- 4.2. Em caso de produção estrangeira será exigida documentação que comprove a permissão para produção emitido por Órgão oficial do país de origem;
- 4.3. Os cartuchos devem ser acondicionados em embalagens que permitam a identificação clara do fabricante, calibre nominal, tipo de projétil, número de lote e ano de fabricação;
- 4.4. Os cartuchos devem estar limpos e isentos, em qualquer das suas partes ou componentes, de rachaduras, deformações, mossas, rebarbas, perfurações, corrosões ou qualquer outro defeito que comprometa a segurança ou o emprego dos mesmos.
- 4.5. Os cartuchos devem ser fabricados conforme padrões dimensionais estabelecidos pela SAAMI, NATO ou CIP; assim como gerar pressão de câmara dentro dos limites estipulados pelas instituições citadas;
- 4.6. Os cartuchos devem estar montados em conformidade com o constante no memorial descritivo e desenhos técnicos do fabricante, e desenho específicos de cada tipo de munição, conforme normas contidas nos [\[ITEM 1\]](#) e [\[ITEM 2\]](#);
- 4.7. Os cartuchos devem permitir adequada utilização em qualquer arma de fogo nos calibres objeto da presente aquisição.
- 4.8. O cartucho deve ter o corpo metálico niquelado de 25mm em liga de aço SAE-1010 e estojo em plástico;
- 4.9. A espoleta deve ser do tipo bateria, sendo de lotes de fabricação com no máximo um ano de fabricação;
- 4.10. O propelente deverá ter base nitrocelulósica, podendo apresentar base simples ou dupla;

4.11. Os cartuchos deverão possuir carga de projeção com estabilidade química, sendo que a carga de projeção deve ser organizada com lote de pólvora com, no máximo, dois anos decorridos entre a fabricação e a sua utilização no lote das munições sob inspeção;

5. **CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO ITEM 1 - DAS MUNIÇÕES 9X19 MM - 124 GRAINS - TREINAMENTO**

5.1. O estojo poderá ser construído primariamente com ligas de aço ou alumínio, desde que resistentes à oxidação;

5.2. O projéteis deverão ser ogivais, totalmente encamisado ("total full metal jacket"), com massa de 124 grains;

5.3. Espoleta deverá ser isenta de metais pesados;

5.4. Os cartuchos destinados a treinamento devem utilizar espoleta cuja mistura iniciadora seja de metais pesados e projéteis totalmente jaquetados, com obturação total, para que o núcleo de chumbo não entre em contato com os gases e chamas gerados na combustão do propelente;

5.5. Os cartuchos devem atender aos ensaios contidos no Anexo II - A - Testes para Recebimento Provisório, exceto ao de Estanqueidade e Balística Terminal.

6. **CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO ITEM 2 - DAS MUNIÇÕES 9X19 MM - 147 GRAINS - OPERACIONAL**

6.1. O estojo não poderá ser construído primariamente com ligas de aço ou alumínio;

6.2. O estojo deverá ser confeccionado em liga de latão (70% cobre e 30% zinco) ou solução comprovadamente superior

6.3. O projétil deve ser de chumbo encamisado, do tipo ponta oca ("hollow point"), com massa de 147 grains,

6.4. Para evitar a perda de confiabilidade dos cartuchos destinados ao uso operacional, o alojamento da espoleta e a face de contato interno da boca do estojo com o projétil devem ser impermeabilizados com emprego de selante químico, que não libere resíduos e que impeça a contaminação por intempéries, inclusive quando submersa por qualquer razão ou em qualquer tipo de meio líquido ou oleoso.

6.5. O projétil deve ser construído com tecnologia que una a jaqueta ao núcleo de chumbo, a nível molecular ou mecânico, visando garantir a manutenção da massa no contexto da Balística Terminal;

6.6. Atender aos ensaios contidos no Anexo II- A -Testes para Recebimento Provisório.

7. **CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO ITEM 3 - DAS MUNIÇÕES 5,56X45 MM - M193 - 55 GRAINS TREINAMENTO**

7.1. O estojo não poderá ser construído primariamente com ligas de aço ou alumínio;

7.2. O estojo deverá ser confeccionado em liga de latão (70% cobre e 30% zinco) ou solução comprovadamente superior;

7.3. O projétil deve ser do tipo M193, com peso de 55 grains;

7.4. Para evitar a perda de confiabilidade dos cartuchos destinados ao uso operacional, o alojamento da espoleta e a face de contato interno da boca do estojo com o projétil devem ser impermeabilizados com emprego de selante químico, que não libere resíduos e que impeça a contaminação por intempéries, inclusive quando submersa por qualquer razão ou em qualquer tipo de meio líquido.

7.5. Os cartuchos devem atender aos ensaios contidos no Anexo II- B -Testes para Recebimento Provisório.

8. **CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO ITEM 4 - DAS MUNIÇÕES 5,56X45 MM - MK262- 77 GRAINS OPERACIONAL TROPA COMUM**

8.1. O estojo não poderá ser construído primariamente com ligas de aço ou alumínio;

8.2. O estojo deverá ser confeccionado em liga de latão (70% cobre e 30% zinco) ou solução comprovadamente superior;

8.3. O projétil deve ser do tipo MK262, com peso de 77 grains;

8.4. Para evitar a perda de confiabilidade dos cartuchos destinados ao uso operacional, o alojamento da espoleta e a face de contato interno da boca do estojo com o projétil devem ser impermeabilizados com emprego de selante químico, que não libere resíduos e que impeça a contaminação por intempéries, inclusive quando submersa por qualquer razão ou em qualquer tipo de meio líquido ou oleoso.

8.5. Os cartuchos devem atender aos ensaios contidos no Anexo - B - Testes para Recebimento Provisório.

9. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO ITEM 5 - DAS MUNIÇÕES 5,56X45 MM - M855A1- 62 GRAINS OPERACIONAL GRUPOS ESPECIAIS

9.1. O estojo não poderá ser construído primariamente com ligas de aço ou alumínio;

9.2. O estojo deverá ser confeccionado em liga de latão (70% cobre e 30% zinco) ou solução comprovadamente superior;

9.3. O projétil deve ser do tipo M855A1, 62 grains;

9.4. Para evitar a perda de confiabilidade dos cartuchos destinados ao uso operacional, o alojamento da espoleta e a face de contato interno da boca do estojo com o projétil devem ser impermeabilizados com emprego de selante químico, que não libere resíduos e que impeça a contaminação por intempéries, inclusive quando submersa por qualquer razão ou em qualquer tipo de meio líquido ou oleoso.

9.5. Os cartuchos devem atender aos ensaios contidos no Anexo II - B - Testes para Recebimento Provisório.

10. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO ITEM 6 - DAS MUNIÇÕES 7,62X51 MM M80 NATO - OPERACIONAL

10.1. O estojo não poderá ser construído primariamente com ligas de aço ou alumínio;

10.2. O estojo deverá ser confeccionado em liga de latão (70% cobre e 30% zinco) ou solução comprovadamente superior;

10.3. O projétil deve ser do tipo M80 Ball, com peso do projétil;

10.4. Para evitar a perda de confiabilidade dos cartuchos destinados ao uso operacional, o alojamento da espoleta e a face de contato interno da boca do estojo com o projétil devem ser impermeabilizados com emprego de selante químico, que não libere resíduos e que impeça a contaminação por intempéries, inclusive quando submersa por qualquer razão ou em qualquer tipo de meio líquido ou oleoso.

10.5. Atender aos ensaios contidos no Anexo II- B - Testes para Recebimento Provisório.

11. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO ITEM 7 - DAS MUNIÇÕES 7,62X51 MMM80 NATO - OPERACIONAL ELADA

11.1. O estojo não poderá ser construído primariamente com ligas de aço ou alumínio;

11.2. Ser unido, entre os estojos, por elos.

11.3. O estojo deverá ser confeccionado em liga de latão (70% cobre e 30% zinco) ou solução comprovadamente superior;

11.4. O projétil deve ser do tipo M80 Ball, com peso do projétil;

11.5. Para evitar a perda de confiabilidade dos cartuchos destinados ao uso operacional, o alojamento da espoleta e a face de contato interno da boca do estojo com o projétil devem ser impermeabilizados com emprego de selante químico, que não libere resíduos e que impeça a contaminação por intempéries, inclusive quando submersa por qualquer razão ou em qualquer tipo de meio líquido ou oleoso.

11.6. Atender aos ensaios contidos no Anexo II- B - Testes para Recebimento Provisório.

12. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO ITEM 8 - DAS MUNIÇÕES 12 GAUGE ESPINGARDA A

- 12.1. Deverá possuir 9 (nove) bacos, sendo de ótima qualidade, limpos e isentos, em qualquer das suas partes ou componentes, de rachaduras, deformações, moissas, rebarbas, perfurações e corrosões;
- 12.2. Cada baco possuir diâmetro aproximado de 8,4mm (oito vírgula quatro milímetros), com peso (de todos os bacos juntos) de 32 g (trinta e dois grammas), com tolerância de +4% e - 7%;
- 12.3. A munição convencional deve ser construída com material que ofereça um bom desempenho atingindo a velocidade ideal para a realização de seu trabalho.
- 12.4. A munição convencional a ser fornecida deve permitir adequada utilização em qualquer arma de fogo tipo espingarda calibre 12 Gauge 70mm (2¾)
- 12.5. Atender aos ensaios contidos no Anexo II- C -Testes para Recebimento Provisório.

13. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO ITEM 9 - DAS MUNIÇÕES 12 GAUGE ESPINGARDA B

- 13.1. Deve possuir projétil Singular, padrão Foster (*Rifled Slug*) e peso de 28g (vinte e oito grammas) com tolerância de +4% e - 7%;
- 13.2. A munição convencional deve ser construída com material que ofereça um bom desempenho atingindo a velocidade ideal para a realização de seu trabalho.
- 13.3. A munição convencional a ser fornecida deve permitir adequada utilização em qualquer arma de fogo tipo espingarda calibre 12 Gauge 70mm (2¾)
- 13.4. Atender aos ensaios contidos no Anexo II- C -Testes para Recebimento Provisório.

14. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO ITEM 10 - DAS MUNIÇÕES DE PRECISÃO .308 WIN

- 14.1. O estojo não poderá ser construído primariamente com ligas de aço ou alumínio;
- 14.2. O estojo deverá ser confeccionado em liga de latão (70% cobre e 30% zinco) ou solução comprovadamente superior;
- 14.3. O projétil deve ser do tipo encamisado, de 175 grains (cartucho de munição específico para tiro de precisão);
- 14.4. Os cartuchos devem atender aos ensaios contidos no Anexo II - D - Testes para Recebimento Provisório, exceto ao de Balística Terminal.

15. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO ITEM 11 - DAS MUNIÇÕES DE PRECISÃO .338 LM

- 15.1. O estojo não poderá ser construído primariamente com ligas de aço ou alumínio;
- 15.2. O estojo deverá ser confeccionado em liga de latão (70% cobre e 30% zinco) ou solução comprovadamente superior;
- 15.3. O projétil deve ser do tipo encamisado, "hollow point boat tail - HPBT", de 250 grains ou de 300 grains (cartucho de munição específico para tiro de precisão);
- 15.4. Os cartuchos devem atender aos ensaios contidos no Anexo II - D - Testes para Recebimento Provisório, exceto ao de Balística Terminal.

16. EXIGÊNCIAS LEGAIS SOBRE LOTE DE RASTREABILIDADE, LOTE DE FABRICAÇÃO E EMBALAGEM

- 16.1. As munições devem seguir o regulamento acerca de marcação de embalagens e cartuchos de munição previstos na legislação pátria, além daqueles contidos nos seguintes normativos:

- 16.1.1. Art.23 da [LEI No 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003](#):

"§ 1º Todas as munições comercializadas no País deverão estar acondicionadas em embalagens com sistema de código de barras, gravado na caixa, visando possibilitar a identificação do fabricante e do adquirente, entre outras informações definidas pelo regulamento desta Lei.

*§ 2º Para os órgãos referidos no art. 6º, somente serão expedidas autorizações de compra de munição com **identificação do lote e do adquirente no culote dos projéteis**, na forma do regulamento desta Lei. **(grifo nosso)**"*

16.1.2. [Portaria do Exército Brasileiro nº214, COLOG/C EX.](#)

16.2. LOTE DE RASTREABILIDADE:

16.2.1. A [Portaria do Exército Brasileiro nº214, COLOG/C EX](#) preleciona que:

"Art. 3º As munições fabricadas no país ou importadas deverão apresentar, no mínimo, as seguintes marcações na base do estojo:

I – nome ou marca do fabricante; e

II – calibre nominal.

Art. 4º Toda munição e seus insumos, destinadas para os órgãos, instituições e entidades a seguir discriminadas, deverá conter código de rastreabilidade de munição gravado na base dos estojos, o qual permita identificar o fabricante, o lote e o órgão adquirente, em cumprimento ao que determina o § 2º do art. 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003:

[...]

II - Polícia Federal;

[...]

§1º Admite-se marcação no corpo do estojo quando da impossibilidade de marcação prevista no caput.

§2º O disposto no caput não alcança as munições dos armamentos pesados definidos pela Portaria nº 118 –COLOG, de 2019, que apresenta a relação dos Produtos Controlados pelo Exército. Art. 5º O lote rastreável de munição não poderá exceder a 10.000 (dez mil) unidades, marcado com o mesmo código de rastreabilidade de munição.

Art. 5º O lote rastreável de munição não poderá exceder a 10.000 (dez mil) unidades, marcado com o mesmo código de rastreabilidade de munição.

Art. 6º O lote rastreável de munição adquirido pelos órgãos referidos no art. 4º, deverá atender aos seguintes requisitos:

I – incluir apenas munição de mesmo calibre e tipo, exceto no caso de munição elada, cujo lote poderá conter munições de tipos diferentes (exemplo: elos de munição comum permeados com munição traçante);

II – ser marcado com um único código de rastreabilidade no corpo do estojo; e

III – ser comercializado somente para um órgão específico.

§1º Admite-se a marcação no corpo do estojo quando da impossibilidade de marcação prevista no inciso II. §2º Os fabricantes ou pessoas jurídicas importadoras de munição deverão inserir, mensalmente, os dados de lote rastreável no Sistema de Identificação Personalizada de Munições (SIP)."

16.2.2. Com fulcro no Art. 5º da [Portaria do Exército Brasileiro nº214, COLOG/C EX](#), e, conforme proposição descrita no Estudo Técnico Preliminar, detalhado a seguir:

- 16.2.2.1. O Lote de Rastreabilidade deverá ser de até 10.000 (mil) munições, podendo ser reduzido até 1.000 (mil) munições, conforme previamente estabelecido em contrato, ordem de fornecimento ou termo de referência, sendo que deverá conter código de rastreabilidade único gravado nos estojos, o qual permita identificar o fabricante, o lote e o órgão ou entidade adquirente, devendo o lote de rastreabilidade ser do mesmo calibre e tipo para as munições 9x19mm.
- 16.2.2.2. O Lote de Rastreabilidade deverá ser de até 10.000 (mil) munições, podendo ser reduzido até 2.000 (duas mil) munições, conforme previamente estabelecido em contrato, ordem de fornecimento ou termo de referência, sendo que deverá conter código de rastreabilidade único gravado nos estojos, o qual permita identificar o fabricante, o lote e o órgão ou entidade adquirente, devendo o lote de rastreabilidade ser do mesmo calibre e tipo para as munições 5,56x45 mm e 7,62x51 mm.
- 16.2.2.3. O Lote de Rastreabilidade deverá ser de até 10.000 (mil) munições, podendo ser reduzido até 1.000 (mil) munições, conforme previamente estabelecido em contrato, ordem de fornecimento ou termo de referência, sendo que deverá conter código de rastreabilidade único gravado nos estojos, o qual permita identificar o fabricante, o lote e o órgão ou entidade adquirente, devendo o lote de rastreabilidade ser do mesmo calibre e tipo para as munições 12 GA.
- 16.2.2.4. O Lote de Rastreabilidade deverá ser de até 1.000 (mil) munições, sendo que deverá conter código de rastreabilidade único gravado nos estojos, o qual permita identificar o fabricante, o lote e o órgão ou entidade adquirente, devendo o lote de rastreabilidade ser do mesmo calibre e tipo para as munições .308 WIN;
- 16.2.2.5. O Lote de Rastreabilidade deverá ser de até 1.000 (mil) munições, sendo que deverá conter código de rastreabilidade único gravado nos estojos, o qual permita identificar o fabricante, o lote e o órgão ou entidade adquirente, devendo o lote de rastreabilidade ser do mesmo calibre e tipo para as munições .338 LM.
- 16.2.3. O código de rastreabilidade único deverá ser gravado nos estojos, o qual permita identificar o fabricante, o lote e o órgão ou entidade adquirente, devendo o lote de rastreabilidade ser do mesmo calibre e tipo (entende-se por tipo, cada item do pregão).
- 16.2.4. O Lote de Rastreabilidade deverá ser gravado com sequência alfa numérica, no estojo de cada munição, da seguinte maneira, 03 (três) letras e 02 (dois) números, (XXX99).
- 16.2.5. A Nota Fiscal deverá trazer, detalhados, todos os códigos de rastreabilidade das munições contidas naquela remessa.
- 16.2.6. A Contratada deverá declarar exclusividade do código de rastreabilidade fornecidos, não podendo comercializar ou doar munições com a mesma numeração para outras unidades da Polícia Federal e demais forças de segurança pública.

16.3. LOTE DE FABRICAÇÃO:

- 16.3.1. A quantidade de munições do lote de fabricação é definido pela fabricante, desde que as munições sejam carregadas com espoletas pertencentes a um único lote e com pólvora pertencente também a um único lote.
- 16.3.2. Um arquivo digital deve acompanhar a entrega do 1º lote constando todos os códigos do lote adquirido, e entregue à Comissão de Recebimento e Fiscalização. Também deve constar a relação dos lotes de rastreabilidade vinculados.
- 16.3.3. Com o lote, a licitante vencedora deverá fornecer o número de amostras a mais do material adquirido, sem custo ao erário, correspondente, para cada item, ao valor estipulado em norma de amostragem, para fins de testes.
- 16.3.4. Os testes nas amostras serão executados conforme o Anexo II do Termo de Referência.
- 16.3.5. No caso de reprovação de amostras sob qualquer aspecto, durante o Recebimento Provisório, o lote inteiro deverá ser rejeitado.

16.4. DA EMBALAGEM:

16.4.1. A [Portaria do Exército Brasileiro nº214, COLOG/C EX](#) traz, em seu Artigo 2º:

"Art. 2º Todas as munições e seus insumos, comercializadas no Brasil, oriundas de fabricantes nacionais ou importadas, deverão estar acondicionadas até seu consumo, em embalagens gravadas com sistema de código unidimensional ou bidimensional, que permita a identificação do fabricante, comerciante (lojista ou importador), lote, código de rastreabilidade, calibre e quantidade.

§1º Admite-se que os estojos de munição reaproveitados para recarga não estejam acondicionados em suas embalagens gravadas de acordo com o caput.

§2º Admite-se para munições e seus insumos, importados que não possuam identificação de fábrica em suas embalagens, o uso de etiquetas ou rótulos adicionados resistentes à umidade e com durabilidade, contendo informações do caput.

§3º O código unidimensional ou bidimensional a que se refere o caput deverá estar de acordo com as especificações das normas de rastreamento do SisFPC, e ainda, permitir a recuperação das informações em banco de dados próprios do fabricante ou do comércio, que registrará as informações de qualificação do adquirente.

§4º Os fabricantes ou pessoas jurídicas importadoras de munição e seus insumos deverão inserir os dados de identificação das embalagens no Sistema de Rastreamento de Embalagem de Munição (SIREM).

§5º A inserção de dados de que trata o parágrafo anterior será de caráter obrigatório a partir da disponibilização do correspondente módulo do SIREM no SisGCorp."

16.4.2. As munições de 9x19 mm deverão estar acondicionadas em embalagem tipo colmeia de modo a ficarem separadas entre si, em quantidades de 50 (cinquenta) unidades onde a colmeia será acondicionada dentro de uma caixa de papelão, e estas acondicionadas em caixa de papelão com limite máximo de 20 (vinte) colmeias, totalizando assim 1.000 (um mil) unidades de munição ou solução comprovadamente superior aprovada pela comissão técnica da Polícia Federal;

16.4.3. As munições de 5,56x45 mm e 7,62x51 mm deverão estar acondicionadas em caixetas de papelão resistente, que serão acondicionados dentro de um cunhete de madeira que acomode até 2.000 (duas mil) unidades de munições, acondicionadas em 40 caixetas com 50 (cinquenta) unidades cada ou solução comprovadamente superior aprovada pela comissão técnica da Polícia Federal;

16.4.4. As munições de 12 GA deverão estar acondicionadas em caixetas de papelão resistente, que serão acondicionados dentro de uma caixa de papelão que acomode 250 (duzentos e cinquenta) unidades de munições, acondicionadas em 10 caixetas com 25 (vinte e cinco) unidades cada ou solução comprovadamente superior aprovada pela comissão técnica da Polícia Federal;

16.4.5. As munições de precisão (.308 WIN e .338 LM) deverão estar acondicionadas em embalagem tipo colmeia de modo a ficarem separadas entre si, em quantidades de 20 (vinte) unidades onde a colmeia será acondicionada dentro de uma caixa de papelão, e estas acondicionadas em cunhete de metal com borracha de vedação, trava de pressão e alça de mão, com limite máximo de 10 (dez) colmeias ou solução comprovadamente superior aprovada pela comissão técnica da Polícia Federal.

16.4.6. As munições deverão estar acondicionadas em embalagem master, conforme o lote previsto nos itens acima, para que se atenda as condições de certificação de transporte de munições.

16.4.7. Deverá trazer, em cada caixa, informações acerca do, código de rastreabilidade, armazenamento, empilhamento e conservação das munições, em língua pátria.

- 16.4.8. Cada caixeta deverá possuir código de barras que possibilite seu rastreamento, por meio de código bidimensional contendo a IUP (Identificação Única de Produto), gravado na caixa, que permita determinar de maneira inequívoca o fabricante, o produto e o lote.
- 16.4.9. Deverá ainda estar contido em cada embalagem, um manual ou cartão com informações de uso, conservação e limites do material, em língua pátria, confeccionado com papel de qualidade e resistente ou solução comprovadamente superior aprovada pela comissão técnica da Polícia Federal;

Serão aceitas outras formas de embalagem, desde que seja solução comprovadamente superior àquelas anteriormente citadas.

<i>(Assinatura Eletrônica)</i> LUCIAN RICARDO GUEDES FIDELIS Perito Criminal Federal SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF	<i>(Assinatura Eletrônica)</i> EDUARDO HOFMANN Agente de Polícia Federal SEIP/DPC/CGPLAM/DLOG/PF
<i>(Assinatura Eletrônica)</i> EMANUEL PIMENTEL DANTAS Agente de Polícia Federal SAT/DEOP/CGDE/DIREN-ANP/PF	<i>(Assinatura Eletrônica)</i> FERNANDO ALMEIDA CORNÉLIUS Agente de Polícia Federal COT/CGAP/DIREX/PF

- [1] Ou equivalentes no caso de empresas estrangeiras ou nacionais que comercializem produto importado.
- [2] Para efeitos de abrangência, serão considerados atendidos quando pelo menos contiver SAAMI, CIP ou NATO.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO HOFMANN, Agente de Polícia Federal**, em 04/12/2024, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIAN RICARDO GUEDES FIDELIS, Chefe de Divisão**, em 04/12/2024, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EMANUEL PIMENTEL DANTAS, Agente de Polícia Federal**, em 04/12/2024, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38707603&crc=28195DEE.
Código verificador: **38707603** e Código CRC: **28195DEE**.

